

# Superior Tribunal de Justiça

## HABEAS CORPUS Nº 538.198 - RJ (2019/0302086-7)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**ADVOGADOS** : ANDREIA TEIXEIRA MORET PACHECO  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : VYNICIUS SULIANO DE ALMEIDA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de VYNICIUS SULIANO DE ALMEIDA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no julgamento da Apelação Criminal n. 0002944-39.2017.8.19.0045.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado, pela prática dos crimes tipificados no art. 33, *caput*, e art. 35, *caput*, ambos c/c o art. 40, inciso III, todos da Lei n. 11.343/2006, na forma do art. 69 do Código Penal, à pena de 9 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e multa (e-STJ fls. 33/45).

Irresignada, a defesa interpôs o recurso de Apelação Criminal perante a Corte local, requerendo, em síntese, a absolvição do ora paciente em razão da ausência de provas e, subsidiariamente, seja reconhecida a desclassificação para o delito previsto no art. 28 da Lei de Drogas.

No entanto, em sessão de julgamento realizada no dia 28/8/2019, a Oitava Câmara Criminal do TJRJ negou provimento ao apelo defensivo, mantendo incólume a sentença penal condenatória (e-STJ fls. 72/85).

No presente *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro sustenta a nulidade do acórdão ora impugnado, visto que se utilizou de argumentos inidôneos para ratificar a

# Superior Tribunal de Justiça

condenação do ora paciente pelo crime de associação para o tráfico de entorpecentes.

Aduz que, "imperioso ressaltar que foi o paciente preso sozinho e o crime de associação para o tráfico é crime de concurso necessário. Não basta o fato de 'pertencer ao tráfico', porque esta circunstância não conduz necessariamente à conclusão de que o agente associou-se de forma permanente a uma sociedade criminosa. E, como se sabe, a habitualidade constitui requisito essencial para a caracterização do citado crime" (e-STJ fl. 13).

Por fim, requer, liminarmente e no mérito, seja o paciente absolvido do crime tipificado no art. 35 da Lei de Tóxicos.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Suficientemente instruído o feito, dispenso as informações de praxe.

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA

Relator

